

APROVADA NOVA MP DO BEM

Plenário do Senado aprova projeto que retoma vários itens da chamada MP do Bem. A proposta – que volta ao exame da Câmara dos Deputados – contém desde programas de estímulo às exportações até a renegociação de dívidas das prefeituras com a Previdência Social e novos limites de enquadramento de micro e pequenas empresas no Simples

Página 3



Na acareação promovida ontem pela CPI dos Bingos, os irmãos João Francisco (E) e Bruno Daniel, Efraim Morais, Garibaldi Alves, Gilberto Carvalho e Mozarildo Cavalcanti

Irmãos Daniel trocam acusações com Gilberto Carvalho

Para João Francisco e Bruno (irmãos de Celso Daniel, prefeito assassinado de Santo André), Gilberto Carvalho (chefe de gabinete do presidente Lula) foi o principal elo de suposto esquema de corrupção com a cúpula do PT. Gilberto Carvalho desmentiu tudo. **Página 5**

Eleitor em trânsito poderá ser obrigado a votar

Página 4

Relator do Orçamento quer salário mínimo acima de R\$ 321

Deputado Carlito Merss afirma que pretende reservar dinheiro para que o salário mínimo, a ser reajustado em maio, fique acima do programado pelo governo. **Página 4**

Ministro anuncia no Senado liberação de verbas para combater a aftosa

Página 6



Roberto Rodrigues cumprimenta a senadora Lúcia Vânia na audiência pública conduzida por Sérgio Guerra

Homenagem a Vladimir Herzog, morto há 30 anos pela ditadura

Página 7

CPI faz hoje acareação entre Valério, Delúbio e sacadores

CPI do Mensalão poderá esclarecer hoje diferença de R\$ 21 milhões entre o que Marcos Valério declarou ter pago a 31 pessoas e o total de recursos sacados no Banco Rural. **Página 5**

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

Plenário

O Plenário realiza sessão deliberativa às 14h. Entre as matérias que obstruem os trabalhos está o projeto do Executivo que define modelo para a gestão econômica das florestas públicas e divide as áreas florestais em regiões destinadas às reservas e aos moradores, além de permitir a exploração por empresas em áreas predefinidas (PLC 62/05).

Supercareação na CPI do Mensalão

Às 10h, a CPI do Mensalão coloca frente a frente o empresário Marcos Valério, sua diretora-financeira, Simone Vasconcelos; o presidente do PL, Valdemar Costa Neto, e o ex-tesoureiro do partido Jacinto Lamas; o ex-tesoureiro do PTB Emerson Palmieri; o ex-presidente a Casa da Moeda Manoel Severino dos Santos; o assessor da Liderança do PP na Câmara João Cláudio Genu; e o ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares.

Contrapartida ambiental para mercado de pneus

Às 14h30, o grupo de trabalho que analisa as exigências de contrapartidas ambientais para permitir a colocação de pneus no mercado interno promove audiência com os parlamentares que vão relatar a matéria (PLS 216/03) e com representantes dos fabricantes de pneus e dos ministérios do Meio Ambiente e do Comércio Exterior.

CPI dos Bingos ouve ex-dirigentes e presidente da Caixa

Está prevista para as 10h30 reunião da CPI dos Bingos em que serão ouvidos os depoimentos dos ex-presidentes da Caixa Econômica Federal Danilo de Castro, Sérgio Cutolo e Emílio Carazai, e do atual presidente, Jorge Mattoso. Eles estão envolvidos no processo de assinatura e renovação do contrato da multinacional de jogos GTech com o banco, que tem sido alvo de denúncias de corrupção.

Fundos constitucionais de financiamento regional

Em discussão na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), às 10h, projeto que institui os fundos constitucionais de Financiamento do Norte (FNO), de Financiamento do Nordeste (FNE) e de Financiamento do Centro-Oeste (FCO). No mesmo horário, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) realiza reunião.

Inclusão social na CAS

Às 9h30, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) reúne-se para examinar, entre outros, projeto que dispõe sobre os requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos segurados do regime geral de previdência social portadores de deficiência.

Arte do Legislativo

Começa hoje, no Salão Negro do Congresso, a 3ª Mostra de Arte do Legislativo, com pinturas, fotos e esculturas criadas por servidores do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e do Tribunal de Contas da União. A exposição pode ser visitada pelo público até 18 de novembro.



Renan Calheiros, entre parlamentares paraenses, ouve explicações de Luiz Otávio sobre os problemas enfrentados pelos profissionais

Representantes da categoria foram ao presidente do Senado acompanhados da bancada do Pará pedir também a isenção do IPI na compra de motocicletas

Regulamentação da profissão de mototaxista tem apoio de Renan

O presidente do Senado, Renan Calheiros, prometeu esforçar-se para que as lideranças partidárias assinem requerimento de urgência destinado a fazer o Legislativo votar rapidamente projetos de lei destinados a regulamentar a profissão de mototaxistas e a propiciar isenção de Imposto sobre Produto Industrializado (IPI) na compra de motocicletas. O empenho de Renan foi manifestado ontem ao receber mototaxistas acompanhados de parlamentares

paraenses.

– Estamos aqui assumindo compromisso fundamental com a bancada do Pará e com todo o país, no sentido de regulamentar a profissão de mototaxista. Nós temos de estabelecer obrigações, garantir direitos e deveres para esses profissionais, da mesma forma que temos de fazer a isenção de impostos para que essas motos possam ser adquiridas com mais facilidade – disse Renan.

Esse movimento surgiu no

Pará, estado que tem 100 mil mototaxistas, e a aprovação do projeto deve contemplar 1,5 milhão de profissionais em todo o país, conforme informaram os representantes da categoria. Acompanhado da deputada estadual Elza Miranda, dos senadores Luiz Otávio (PMDB-PA) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA), e com o apoio de Ana Júlia Carepa (PT-PA), eles prometeram aclamar o Congresso no dia em que a profissão for regulamentada.

ONGs pedem que Senado vote controle do tabaco

Renan Calheiros reuniu-se ontem com representantes de entidades e organizações não-governamentais, que solicitaram a imediata apreciação da Convenção-Quadro para o Controle do Uso do Tabaco. A convenção é um tratado internacional de

saúde pública que prevê a redução gradativa do plantio de fumo nos países signatários.

O parlamentar explicou que o Senado aguarda a votação das medidas provisórias que estão truncando a pauta para examinar o relatório do senador Heráclito

Fortes (PFL-PI), que deverá ser apresentado amanhã. Para isso, Renan Calheiros assinalou que será necessário fazer uma inversão de pauta. O prazo para que o Brasil aprove a Convenção-Quadro termina no próximo dia 7 de novembro.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: João Alberto Souza

3º Secretário: Paulo Octávio

4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos

Suplentes de Secretário: Serys Shessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:

Armando S. Rollemberg

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin,

Janaína Araújo e José do Carmo Andrade

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e

Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida,

Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e

Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e Davi Emerich (61) 3311-1670

Edição: Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - *E-mail:* jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, Antero Paes de Barros e Edison Lobão e pela senadora Serys Shessarenko

Acordo de líderes garante novos limites para enquadramento no Simples e prazos maiores para pagamento de dívidas de prefeituras com INSS

Senado aprova projeto que ressuscita MP do Bem

O Senado aprovou ontem, em votação simbólica, o Projeto de Lei de Conversão (PLV) 28/05, que retoma vários itens da MP do Bem (Medida Provisória 252/05). Essa MP perdeu sua validade em 13 de outubro. O projeto contempla desde programas de desoneração tributária para o estímulo às exportações até a renegociação das dívidas de prefeituras com a Previdência Social. Um dos itens mais polêmicos da MP do Bem – os novos limites de enquadramento de micro e pequenas empresas no Simples – também foi incluído na proposta. Mas a emenda que adia o pagamento de precatórios de pequeno valor, muito criticada pela oposição por afetar aposentados e pensionistas, não foi contemplada no projeto. Agora, a matéria será encaminhada à Câmara dos Deputados – onde o prazo para votação se encerra no próximo dia 31.

A aprovação do PLV 28/05 (que teve origem na MP 255/05) foi resultado de uma complicada articulação entre as lideranças partidárias da Câmara e do Senado. Um dos principais debates foi a nova tabela de enquadramento do Simples (Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas

e Empresas de Pequeno Porte), defendida pela oposição e contestada pelo governo. O Simples é um sistema que unificou seis tributos federais, com alíquotas que variam entre 3% e 6%, conforme o setor e o porte da empresa.

Atualmente, o Simples considera microempresas aquelas que têm receita bruta anual de até R\$ 120 mil; e pequenas empresas as com até R\$ 1,2 milhão. Com os novos limites, esses valores sobem, respectivamente, para R\$ 240 mil e R\$ 2,4 milhões. O relator do PLV 28/05, senador Amir Lando (PMDB-RO), frisou que “o novo Simples vigorará a partir de 1º de janeiro de 2006”. Já o líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), ressaltou que a mudança causará elevada perda fiscal e “enterra” o projeto da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, que tramita na Câmara dos Deputados.

Outro ponto que gerou polêmica – mas que, após as negociações entre as lideranças, ficou de fora do projeto – foi a emenda que adia em até dois anos o pagamento de precatórios (dívidas do governo resultado de ações judiciais) de até 60 salários mínimos. Para o líder do PFL, José Agripino (RN), a emenda fazia



Senado vota medidas de desoneração tributária e estímulo às exportações, mas questão dos precatórios fica de fora

parte do “saco de fel” incluído pelo governo na MP do Bem.

– A questão dos precatórios será objeto de lei especial, muito mais ampla e profunda, que poderá corrigir as distorções existentes nos Juizados de Pequenas Causas – disse Amir Lando.

Dívidas municipais

A renegociação dos passivos das prefeituras com o INSS, principal alteração do Senado à MP do Bem, também foi inserida no projeto aprovado ontem, que amplia o prazo para parcelamento

das dívidas de 60 para 240 meses. A renegociação é importante, uma vez que a inadimplência impõe uma série de restrições às prefeituras, como a interrupção dos repasses do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

O indexador dos débitos continua sendo a taxa Selic, hoje de 19% ao ano, apesar da proposta da oposição de corrigi-los pela Taxa de Juros de Longo Prazo, TJLP, que está em 9,75% ao ano.

Críticas

Alguns senadores criticaram

a forma como as discussões foram conduzidas. Leonel Pavan (PSDB-SC) afirmou que o projeto não foi discutido com a “devida antecedência”, e que muitos parlamentares não conheciam o texto integral do projeto antes dele ser votado.

– Vamos votar mais de cem artigos, que alteram centenas de artigos de outras leis, mas o texto do projeto ainda não chegou às mãos dos senadores – protestou Paulo Paim (PT-RS) poucas horas antes da votação.

Negociação incluiu vários benefícios

O Projeto de Lei de Conversão (PLV) 28/05, aprovado ontem pelos senadores, mediante votação simbólica, é oriundo da Medida Provisória 255/05. Essa medida provisória, transformada em PLV após as alterações realizadas pela Câmara dos Deputados, visava conceder prazo adicional até 30 de dezembro para que os participantes de planos de previdência complementar possam escolher o regime tributário ao qual serão submetidos. Durante as discussões em Plenário, o senador José Jorge (PFL-PE) lembrou que a MP 255/05 original “tinha apenas uma página”.

Com a extinção da MP do Bem (252/05), que perdeu eficácia porque não foi votada pelos deputados no prazo previsto, as lideranças partidárias do Congresso Nacional negociaram a inclusão de vários de seus itens no PLV 28/05.

O projeto aprovado, que restabelece dispositivos da MP do Bem, manteve a prorrogação do prazo para os participantes de planos de previdência complementar.

Estímulo a exportação de software e serviços de informação

Entre as principais medidas do projeto de lei de conversão estão os programas que visam impulsionar as exportações por meio de incentivos fiscais ao setor produtivo. Esses incentivos faziam parte da MP do Bem, que perdeu validade em 13 de outubro.

Um desses programas, denominado Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação (Repes), beneficia as empresas de desenvolvimento de software e de serviços de tecnologia da informação, isentando-as do pagamento de PIS/Pasep e Cofins na compra de bens que representem novos investimentos.

As demais empresas exportadoras serão contempladas pelo Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras (Recap), que isenta daquelas contribuições a compra de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos.

Incentivo à pesquisa e desenvolvimento tecnológico do país

O projeto de lei de conversão prevê que a União poderá bancar até 50% da remuneração de pesquisadores – mestres e doutores – que exerçam atividades relacionadas a inovação tecnológica em empresas no país. O governo federal arcará com 60% dessa remuneração em estados das regiões Norte e Nordeste e 40% no restante do país. Esse dispositivo foi importado da MP do Bem.

A proposta reduz em 50% no Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente sobre equipamentos, máquinas, aparelhos e instrumentos cuja aquisição se destine à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológicos.

Outro item oriundo da MP do Bem é o programa de inovação tecnológica que reduz a zero as alíquotas do PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre a receita bruta obtida com a venda de determinados tipos de computadores, incluindo-se teclados, monitores e mouses.

Isenção de imposto a quem vende imóvel para comprar outro

Estimular a compra de imóveis e, em consequência, o setor de construção civil. Esse é o objetivo de um dos dispositivos do projeto de lei de conversão aprovado ontem pelo Senado. Ao tratar do imposto de renda das pessoas físicas, a proposta isenta da tributação os ganhos resultantes da venda de imóveis residenciais, desde que a receita seja utilizada na compra de outra residência, no prazo de até seis meses.

– Essa é uma medida inteligente para incentivar a compra de imóveis. Além disso, estimula indiretamente o setor de construção civil e, portanto, a geração de empregos – disse Amir Lando.

O projeto também eleva o limite de isenção de Imposto de Renda para quem obtém ganhos de capital com a venda de bens e direitos de pequeno valor. Atualmente, estão isentas de IR as vendas de até R\$ 20 mil; com a alteração, esse limite aumenta para R\$ 35 mil.

Dispensa de IPI para indústria na Amazônia Ocidental e Amapá

Emenda introduzida no projeto de lei de conversão concede isenção de IPI para pólos industriais localizados nos estados da Amazônia Ocidental – Acre, Amazonas, Rondônia e Roraima – e também nas áreas de livre comércio situadas nas cidades de Macapá e Santana, ambas no Amapá.

Para a isenção, é necessário o atendimento de dois critérios: os produtos têm de ser fabricados a partir de matérias-primas regionais e os pólos beneficiados precisam de aprovação prévia da Suframa. A emenda foi sugerida pelo senador José Sarney (PMDB-AP) e acatada pelo relator, Amir Lando.

Outra emenda, proposta pelos senadores do Pará – Ana Júlia Carepa (PT), Flexa Ribeiro (PSDB) e Luiz Otávio (PMDB) – estende essa isenção a áreas de livre comércio a serem criadas nas cidades paraenses de Santarém, Almeirim e Barcarena.

Segundo o relator do Orçamento, reajuste do salário mínimo terá prioridade em caso de aumento de arrecadação. Carlito Merss ainda busca acordo para desobstruir votações na CMO

Aumento do mínimo em 2006 pode superar proposta do governo

O relator-geral do Projeto da Lei Orçamentária para 2006, deputado Carlito Merss (PT-SC), afirmou ontem que pretende reservar dinheiro para que o salário mínimo, a ser reajustado em maio do ano que vem, fique acima dos R\$ 321 programados pelo governo.

O acréscimo de R\$ 21 sobre o atual mínimo de R\$ 300 apenas cumpre a Lei de Diretrizes Orçamentárias, que determina reposição inflacionária mais aumento igual ao crescimento do produto interno bruto (PIB) per

capita em 2005.

– Minha prioridade na hora de decidir para onde irá o dinheiro de um possível aumento de arrecadação será o salário mínimo. Em segundo lugar, quero reservar dinheiro para aumento de carreiras do funcionalismo – afirmou.

Um comitê de parlamentares começará a discutir a revisão nas receitas projetadas pelo governo. A proposta enviada pelo Executivo tem “buracos” que passam de R\$ 10 bilhões, e essa revisão deve levar a um equilíbrio entre previsões de arrecadação e de gastos.

Merss participou ontem de mais uma reunião com líderes e relatores setoriais do Orçamento na tentativa de encontrar uma saída para a obstrução que os partidos de oposição vêm fazendo na Comissão Mista de Orçamento (CMO). Os opositoristas reivindicam o repasse aos estados de R\$ 900 milhões para ressarcimento de isenções de ICMS concedidas a exportadores (Lei Kandir).

As oposições também querem garantia de que haverá correção da tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física.



Matéria aprovada pela CMA exige comunicação com antecedência mínima de cinco dias

Cidadão deve ser informado antes sobre registro como inadimplente

Projeto de lei que torna obrigatória a comunicação prévia da inclusão do nome do consumidor em cadastros, bancos de dados, fichas ou registros de inadimplentes foi aprovado ontem, em decisão terminativa, pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). De autoria do senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ), a proposta, que recebeu substitutivo do relator, Gerson Camata (PMDB-ES), também obriga os fornecedores de bens a marcar dia e hora para entrega de mercadorias ou prestação de serviços.

Emenda apresentada à matéria (PLS 30/03) por Arthur Virgílio Neto (PSDB-AM) estabelece que a abertura de cadastro, ficha, registro de dados pessoais e de consumo, quando não for solicitada pelo próprio consumidor, deverá ser comunicada a esse por escrito, com antecedência mínima de cinco dias. Se a entidade responsável não fizer tal comunicação, o registro será considerado nulo.

A comissão aprovou ainda, em turno suplementar, substitutivo a projeto (PLS 349/04) de Demostenes Torres (PFL-GO) que obriga o fornecedor a disponibilizar ao consumidor produto idêntico ou similar à mercadoria defeituosa, caso a reparação do vício de qualidade demandar prazo superior a dois dias

Outro projeto acolhido pelo colegiado, em decisão terminativa, é o do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) que altera o Código Florestal para permitir a reposição e a recomposição de reserva legal mediante o plantio de palmáceas em áreas alteradas.

Na mesma reunião, os integrantes da CMA acataram, entre outras matérias, parecer prévio a proposta de fiscalização e controle apresentada pelo presidente do colegiado, senador Leomar Quintanilha (PCdoB-TO), destinada a apurar passivos ambientais produzidos pela hidrelétrica de Lajeado, no Tocantins, conforme denúncias formuladas por diversos prefeitos da região em que se situa o empreendimento.



Jereissati (E), ao lado de Antonio Carlos, defende seu substitutivo a quatro projetos sobre voto fora do domicílio eleitoral

Obrigatoriedade de voto em trânsito passa na CCJ

O eleitor que se encontrar em trânsito no país, no dia do pleito, poderá ser obrigado a votar mesmo fora de seu domicílio, se estiver em localidade atendida pela Justiça Eleitoral. Isso é o que prevê substitutivo do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) aprovado ontem, em decisão terminativa, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Jereissati elaborou o substitutivo com base nos projetos 195/02, de Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR); 207/04, de Valdir Raupp (PMDB-RO); 339/04, de Arthur Virgílio (PSDB-AM); e 361/04, de Lúcia Vânia (PSDB-GO). Jereissati observou que, das quatro propostas, somente a de Raupp prevê a obrigatoriedade do voto em trânsito. Os outros tratam do voto fora do domicílio eleitoral apenas como um direito e não um dever, o que, para o senador, é "disonante com o mandamento constitucional do voto obrigatório". A proposta vai a turno suplementar.

Projeto permite inventário e partilha extrajudiciais

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem, em decisão terminativa, projeto de lei do senador César Borges (PFL-BA) que permite a realização de inventário e partilha extrajudiciais. O objetivo da proposta é simplificar o inventário e a partilha efetuados de forma amigável, celebrada entre partes capazes, de maneira a permitir que a divisão de bens seja feita por escritura pública, dispensando a homologação judicial, se esse for o interesse das partes envolvidas.

– Acreditamos que as providências preconizadas nessa proposição tornarão mais simples e menos onerosos os procedimentos decorrentes da partilha amigável de herança, sem eliminar a possibilidade de que seja feita pelos meios judiciais já previstos em lei – diz César Borges. O projeto (PLS 155/04), que acrescenta inciso II ao artigo 2.015 do Código Civil, será votado ainda em turno suplementar.

Subcomissão apóia reivindicações de entidades de teatro e dança

As entidades de teatro e dança querem a inclusão de empresas de artes cênicas no Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Simples) e a compensação pela concessão de meia-entrada nos espetáculos. Essas são algumas das reivindicações apresentadas pelo setor à Subcomissão de Cinema, Teatro e Comunicação Social, criada no âmbito da Comissão de Educação (CE).

Sérgio Cabral (PMDB-RJ), presidente da subcomissão, explicou que as reivindicações que

envolvem questões tributárias serão discutidas em audiência programada para novembro.

O senador também destacou que o colegiado poderá apresentar projeto para assegurar às atividades de teatro e dança incentivos fiscais semelhantes aos que são garantidos pela Lei do Audiovisual ao cinema brasileiro. A proposta deverá ser debatida em audiência até dezembro.

Segundo Cabral, a subcomissão pretende apresentar à CE proposta de emenda ao Orçamento destinando R\$ 30 milhões à Fundação Nacional de Arte (Funarte).

Cristovam: Direitos Humanos será fórum para debate sobre injustiças

Ao assumir ontem a presidência da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), o senador Cristovam Buarque (PDT-DF) prometeu trazer ao colegiado a discussão sobre a questão do direito à alfabetização. Ele disse que a CDH será um grande fórum para debater as injustiças no Brasil.

– Representa um atentado aos direitos humanos o fato de a pessoa não ter um professor e

uma escola para ser alfabetizada – declarou.

O senador Paulo Paim (PT-RS) foi eleito vice-presidente da CDH.

Cristovam informou que a primeira iniciativa da comissão, por sugestão do senador Mão Santa (PMDB-PI), será a de publicar a Declaração Universal dos Direitos Humanos, da Organização das Nações Unidas (ONU).

A corrupção foi outro tema tratado na pri-

meira reunião presidida por Cristovam. Fátima Cleide (PT-RO) afirmou que vai apresentar proposta para colocar entre as atribuições do Senado a de decidir pela cassação de mandatos de deputados estaduais e vereadores.

Valdir Raupp (PMDB-RO) relatou a situação dos brasileiros presos nos Estados Unidos por imigração ilegal e defendeu a firme atuação da CDH nessa questão.



À frente da CDH, Cristovam (E) terá Paim como vice



Ao lado de Mozarildo (D), Gilberto Carvalho é confrontado com João Francisco e Bruno (E), sob a coordenação de Efraim e Garibaldi

Chefe de gabinete do presidente Lula nega existência de esquema de corrupção em Santo André. CPI recebe fitas com diálogos de pessoas supostamente envolvidas no caso

Irmãos de Celso Daniel mantêm acusações a Gilberto Carvalho

Troca de acusações, desmentidos, bate-boca e ausência de provas documentais marcaram a acareação entre João Francisco e Bruno – irmãos do ex-prefeito de Santo André (SP) Celso Daniel, assassinado em janeiro de 2002 – e o chefe de gabinete do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Gilberto Carvalho, realizada ontem pela CPI dos Bingos.

João Francisco acusou Gilberto Carvalho de ser o principal elo do suposto esquema de corrupção naquele município, quando trabalhava como assessor na prefeitura. Segundo afirmou, a “quadrilha” tinha como principais cabeças o então secretário de Serviços Municipais, Klinger Luiz de Oliveira Sousa, e os empresários Ronan Maria Pinto e Sérgio Gomes da Silva, o Sombra – acusado de ter tramado a morte do prefeito. Para João Francisco, Gilberto Carvalho “fazia a intermediação com a cúpula do PT”. Ele acusou o chefe de gabinete do presidente Lula de “entregar o dinheiro fruto da arrecadação de propina junto a empresas concessionárias” ao hoje deputado José Dirceu, que na época era presidente do PT.

Gilberto Carvalho desmentiu todas as acusações, afirmando que as denúncias “eram fantasiosas e não tinham base docu-

mental”. O chefe de gabinete acusou os irmãos de tentarem transformar a morte de Celso Daniel em um grande jogo político, “de forma a denegrir a memória de um homem sério, honesto e que honrou o PT”.

O presidente da CPI, senador Efraim Morais (PFL-PB), quis saber os nomes de quem estaria interessado nesse jogo político e se o chefe de gabinete estaria se referindo à oposição. Em resposta, Gilberto Carvalho não deu nomes, mas disse que todos os presentes à reunião sabiam quem se beneficiaria com tal jogo. Ele enfatizou também que se empenhou pessoalmente para que a morte de Celso Daniel fosse esclarecida.

Protesto

Bruno chegou a afirmar que Celso Daniel encarava a arrecadação de propina em Santo André para o PT “como um ‘mal necessário’”. Gilberto protestou contras essas afirmações e lamentou que Celso não estivesse vivo para combatê-las. No primeiro depoimento, Bruno revelou que o irmão assassinado “poderia até ter-se beneficiado da corrupção”.

João Francisco e Bruno voltaram a dizer que o assassinato de seu irmão “foi encomendado” e que Gilberto Carvalho – que

na época exercia o cargo de secretário de Comunicação da prefeitura – sabia da existência do esquema de corrupção que, na prática, envolvia cobrança de propina a empresas de ônibus e de lixo da cidade.

Malas

Os dois irmãos garantiram que Gilberto Carvalho, por diversas vezes, transportou para a cidade de São Paulo malas de dinheiro em seu próprio carro, que eram entregues ao então presidente do PT José Dirceu para a formação de um fundo a ser usado em campanhas eleitorais. O chefe de gabinete negou as acusações, classificando-as de “mentirosas e de grande criatividade”.

João Francisco reafirmou que Gilberto Carvalho foi ao apartamento dele após a missa de sétimo dia de Celso, oportunidade em que teria detalhado o esquema de corrupção. O chefe de gabinete confirmou a visita, mas frisou que o fez apenas para dar apoio à família e colocá-la a par das investigações do crime que haviam sido iniciadas, e que jamais conversou sobre possíveis atos de corrupção na prefeitura de Santo André.

Para Eduardo Suplicy (PT-SP) e Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), relator da CPI, a acareação foi útil às investigações.

Comissão analisa fitas que podem esclarecer assassinato

O presidente da CPI dos Bingos, senador Efraim Morais (PFL-PB), garantiu que colocará as 42 fitas cassete que registram diálogos telefônicos de pessoas supostamente envolvidas no caso Celso Daniel à disposição dos integrantes da comissão. Efraim informou que as fitas estão guardadas na sala da CPI e dali não sairão.

Durante acareação na comissão,

Gilberto Carvalho garantiu que nunca teve acesso às gravações e que os trechos que apareceram na imprensa foram editados. As fitas foram gravadas entre janeiro e março de 2002, após a morte do prefeito.

Alvaro Dias (PSDB-PR) leu alguns trechos das gravações e indagou de Gilberto Carvalho se o presidente Lula teria mandado que ele orientasse os depoimentos dos

investigados, como Ivone Santana, namorada de Celso Daniel. O chefe de gabinete negou e disse que apenas acompanhou o processo das investigações. Gilberto Carvalho alegou que os trechos lidos por Alvaro Dias estariam “fora de contexto”.

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) avisou que as fitas já estão sendo periciadas e degradadas no Instituto de Criminalística.

CPI põe hoje frente a frente Delúbio, Valério, funcionária e seis sacadores

O relator da CPI do Mensalão, deputado Ibrahim Abi-Ackel (PP-MG), revelou, ontem, haver uma diferença de R\$ 21 milhões entre o valor que o empresário Marcos Valério declarou ter pago a 31 pessoas e o total de recursos sacados no Banco Rural.

– Se somarmos todos os saques admitidos pelas pessoas que receberam recursos e compararmos com o montante de R\$ 55,8 milhões que Marcos Valério revelou ter pago a 31 pessoas, há um rombo de R\$ 21 milhões.

A questão poderá ser esclarecida hoje na acareação entre o ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares, Valério e sua funcionária Simone Vasconcellos, e seis sacadores que, em depoimentos à CPI, admitiram valores bem menores do que os da lista fornecida pelo empresário. Estarão nessa

confrontação, como sacadores, o presidente do PL, Valdemar Costa Neto; o ex-tesoureiro do partido Jacinto Lamas; o assessor do PP João Cláudio Genu; o ex-tesoureiro do PTB Emerson Palmieri; o ex-presidente da Casa da Moeda Manoel Severino dos Santos; e o chefe de gabinete do ex-ministro dos Transportes Anderson Aduato, José Luiz Alves.

Pela terceira vez o deputado Ronivon Santiago (PP-AC) não atendeu, ontem, à convocação da CPI. Em ofício, ele argumentou que a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara estaria julgando a validade de seu mandato.

Para o presidente da CPI, senador Amir Lando (PMDB-RO), “acabou-se a brincadeira”, pois a próxima convocação de Ronivon será feita com a ajuda da Polícia Federal, “sob vara”.



Abi-Ackel, ao lado de Amir Lando (D), espera esclarecer diferença de saques no Rural

Marcos Di Flora nega interferência da Secom em contratos de publicidade

O ex-secretário adjunto da extinta Secretaria de Comunicação e Gestão Estratégica Marcos Vinícius Di Flora, em depoimento à Sub-Relatoria de Contratos da CPI dos Correios, negou que a Secom interferisse nos editais de licitação para a contratação de empresas de publicidade que prestam serviços a órgãos do governo. Negou ainda que a Secom tivesse influência nos aditamentos assinados para aumentar a validade ou o valor de contratos de publicidade, como ocorreu em um contrato do Banco do Brasil com a DNA.

– A Secom só participa da

análise técnica. O julgamento, o número de agências a participar, o orçamento e o tipo de serviço são decisões tomadas pelo órgão.

Vinícius ressaltou que a responsabilidade pela execução dos contratos é da direção de marketing dos próprios órgãos e que não competia à Secom qualquer interferência no assunto.

O deputado Onyx Lorenzoni (PFL-RS) sugeriu acareação entre o ex-diretor de Marketing do BB Henrique Pizzoloto e os ex-presidentes dos Correios, que afirmaram o contrário. A acareação precisa ser aprovada.



José Eduardo Cardoso (D), sub-relator, ouve o depoimento de Marcos Vinícius Di Flora

Pode ser publicada hoje medida provisória que garante recursos para conter a doença. Ruralistas discutem a implantação da Agência Reguladora do Agronegócio. E o MST quer conhecer a tecnologia do biodiesel

Ministro anuncia no Senado liberação de R\$ 33 milhões para combater aftosa

Ao participar ontem de audiência pública na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), o ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Roberto Rodrigues, anunciou que o governo federal deverá publicar hoje medida provisória liberando R\$ 33 milhões para o combate ao surto de febre aftosa detectado em Mato Grosso do Sul.

De acordo com o ministro, do valor total a ser liberado, R\$ 20 milhões serão destinados à indenização pelos animais abatidos, R\$ 6 milhões serão gastos com apoio a famílias que apresentarem perda de renda por causa da doença e o restante será alocado na abertura de novas frentes de fiscalização na fronteira e no pagamento de despesas com materiais necessários ao abate.

Em sua exposição, o ministro, apesar de criticar o contingenciamento de recursos de sua pasta pelo Ministério da Fazenda, des-

tacou que a doença não poderia ter sido evitada mesmo com a liberação total dos valores previstos no orçamento. Ele opinou ainda que, devido à confirmação de que os vírus responsáveis pela doença na região não sofreram mutação, a causa mais provável do surto deve se relacionar ao modo como foi feita a vacinação.

O presidente da CRA, senador Sérgio Guerra (PSDB-PE), manifestou sua pre-

ocupação com dificuldades enfrentadas pelo ministro para a liberação do montante contingenciado.

– Não faz o menor sentido que o ministro ainda tenha dificuldade de liberar verbas. Ainda não há liquidez nesses recursos? Isso é inaceitável – criticou Sérgio Guerra.

Respondendo a questão formulada pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS), o ministro Roberto Rodrigues considerou insuficientes os recursos federais para a defesa animal.

O ministro informou ainda, atendendo a solicitação do senador Ramez Tebet (PMDB-MS), que o Brasil doou, em 2004, 1,5 milhão de doses de vacina anti-aftosa à Bolívia e que, em breve, o Ministério da Agricultura deverá abrir concurso para a contratação de 610 fiscais.



Sérgio Guerra (D) ouve Roberto Rodrigues explicar ação do governo federal



Bornhausen repudia cartazes e considera criminoso a exibição de sua imagem usando uniforme nazista

Para Bornhausen, cartazes são criminosos

Jorge Bornhausen (PFL-SC) repudiou os cartazes em que aparece com uniforme nazista e classificou de criminoso a exposição de sua imagem.

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) pediu ao colega para não levar em conta uma agressão gratuita por ser oposição. Já Paulo Paim (PT-RS) assegurou que Bornhausen e o PFL sempre apoiaram propostas anti-racistas.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, lembrou o respeito dos colegas por Bornhausen, principalmente em razão do seu trabalho em várias legislaturas.

Solidarizaram-se ainda com Bornhausen Marco Maciel (PE), Rodolpho Tourinho (BA), César Borges (BA) e José Jorge (PE), do PFL; Mão Santa (PI), José Sarney (AP), Luiz Otávio (PA) e Almeida Lima (SE), do PMDB; Aloizio Mercadante (SP) e Tião Viana (AC), do PT; Jefferson Péres (AM) e Cristovam Buarque (DF), do PDT; Tasso Jereissati (CE), Arthur Virgílio (AM) e Teotônio Vilela Filho (AL), do PSDB; e Antônio Carlos Valadares (SE), do PSB, entre outros.



Gilvam Borges assume mandato de senador pela segunda vez – a primeira foi de 1995 a 2003

Gilvam Borges toma posse no Senado

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) tomou posse ontem no Senado Federal, assumindo a vaga deixada por João Capiberibe. O ex-senador do PSB deixou a Casa em razão da cassação do seu diploma pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sob a acusação da compra de votos na campanha eleitoral.

Gilvam garantiu não estar ocupando o mandato de ninguém.

– O lugar que era meu foi usurpado por quase três anos – asseverou.

O senador disse que “agir com fraude nas eleições do Amapá não é algo novo para Capiberibe”. Ele contestou os argumentos do ex-senador, a quem acusou de haver difundido a história inverídica de que foi cassado pela compra de apenas dois votos.

MST quer saber como produzir biodiesel

O senador Alberto Silva (PMDB-PI) e a senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) receberam ontem representantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que visitaram o Senado em busca de orientações sobre como colocar em prática o projeto de produção de biodiesel. A intenção dos dirigentes do movimento é organizar os agricultores para implantar a produção sustentável de biodiesel em assentamento no Pontal do Paranapanema (SP).

Segundo Alberto Silva, são quase cem associações que pretendem organizar pequenas usinas para a produção de óleo de mamona, biodiesel e adubo orgânico. O senador disse que projetos com esse objetivo já foram implantados nas cidades piauienses de Parnaíba, Buriti e Luiz Corrêa, com o apoio do Banco do Nordeste.

– Eles ficaram muito impressionados e querem entrar para o projeto. Vamos ajudá-los porque já temos todo o perfil da organização rural – observou o senador.

Alberto Silva afirmou que vai elaborar um esboço de projeto aplicável aos assentamentos do Paranapanema e que também vai oferecer ajuda técnica. Ele propôs ao líder do MST, José Rainha, a criação de uma federação que acolha todas as pequenas associações. Disse que, como são muitas associações, uma administração única que fale em nome de todas facilita as conversações.

Em discussão, agência para o agronegócio

A criação da Agência Reguladora do Agronegócio é o mais novo tema na agenda dos produtores rurais. Ontem, no seminário "Alerta à Nação", realizado no Auditório Petrônio Portella, no Senado, parlamentares e representantes do setor defenderam a nova idéia, considerada a solução capaz de promover no tempo adequado ações preventivas e corretivas para os problemas da agricultura.

– Por mais que façamos política bem feita, por mais que batamos bumbo e subamos em tratores, quando vêm as soluções para o setor já passou da hora – argumentou o deputado Xico Graziano (PSDB-SP).

Ele afirmou que dentro de três meses o projeto será apresentado na Câmara. Explicou que a nova agência deverá ser vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, mas contará com total autonomia de decisão sobre as questões sob sua responsabilidade. Entre

outros aspectos, decidirá sobre prorrogação de débitos agrícolas em decorrência de catástrofes climáticas, medida hoje afeta ao Ministério da Fazenda e ao Conselho Monetário Nacional. A agência também vai arbitrar sobre conflitos dentro das diversas cadeias produtivas do agronegócio.

Com o objetivo de discutir a crise na agricultura brasileira, o seminário foi organizado pelas comissões de Agricultura e Reforma Agrária do Senado (CRA) e de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara e pelo Fórum Nacional dos Secretários Estaduais de Agricultura.

Também contribuíram para a realização do seminário – que contou com a presença do presidente da Câmara dos Deputados, Aldo Rebelo, na solenidade de abertura – a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB).



Produtores rurais e parlamentares reunidos no Auditório Petrônio Portella debatem a crise na agricultura

Jornalista assassinado há 30 anos nas dependências do DOI-Codi paulista, durante o regime militar, é homenageado em sessão especial

Senadores exaltam luta de Herzog pelos direitos humanos

Símbolo da luta pela liberdade e pela defesa dos direitos humanos, a memória do jornalista Vladimir Herzog, assassinado há 30 anos pela ditadura militar, foi homenageada ontem em sessão especial do Senado, com pronunciamentos do presidente da Casa, Renan Calheiros, e dos senadores Eduardo Suplicy, Cristovam Buarque, Serys Slhessarenko, Arthur Virgílio e Mão Santa, que leu discurso escrito pelo ex-senador amapaense João Capiberibe.

A sessão de homenagem, requerida por Suplicy e Capiberibe, contou com a presença do presidente do Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal, Romário Schettino, que foi colega de Herzog.

Conhecido como Vlado pelos amigos, ele era diretor da TV Cultura em meados da década de 70. Ligado ao PCB, sua carreira, construída nos



Contribuição de Vladimir Sachetta - Cia da Memória (SP)

mais expressivos veículos de comunicação do Brasil, era pautada pela luta em defesa da liberdade de expressão e dos direitos humanos.

Em 24 de outubro de 1975, Vlado foi intimado a comparecer ao prédio do DOI-Codi, órgão de repressão da ditadura, para “prestar explicações”. No dia seguinte, seu corpo foi apresentado à imprensa. Estava pendurado pelo pescoço na grade de uma janela mais baixa que ele próprio. Versão oficial: suicídio.

A Justiça admitiu a culpa da União pela morte de Herzog em 1978. Nove anos depois, foi concedida indenização à sua família. O nome de Herzog foi dado a centros acadêmicos de

diversas faculdades de Jornalismo do país e ao principal prêmio nacional de direitos humanos dirigido a profissionais da área.



Célio Azevedo

Renan enaltece luta para que fosse feita justiça no caso do assassinato do jornalista



Moreira Matiz

Suplicy afirma que acesso a documentos é um direito das famílias dos desaparecidos



Rosevelt Pinheiro

Para Cristovam, dia-a-dia de quem sofre com a desigualdade social é uma forma de tortura



Rosevelt Pinheiro

Texto lido por Mão Santa compara época da ditadura com cassação do mandato de Capiberibe



Rosevelt Pinheiro

Serys observa que democracia tão buscada por Herzog é um regime em permanente construção



Rosevelt Pinheiro

Virgílio: "Em nenhum momento o Brasil acreditou em suicídio. Houve um cruel assassinato"

Renan: ainda há muito a fazer pela democracia

O presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou que o aniversário da morte de Vladimir Herzog é uma oportunidade para os parlamentares refletirem sobre a responsabilidade que pesa sobre seus ombros.

– Em 20 anos, fizemos um trabalho considerável rumo à consolidação de um Brasil mais justo e democrático, mas as denúncias de corrupção e financiamento ilegal de campanhas eleitorais, a escalada da violência e os graves problemas sociais e regionais que o Brasil tem enfrentado mostram que ainda há muito o que fazer.

Renan cumprimentou os que lutaram por justiça no caso Herzog, destacando a viúva, Clarice Herzog, e o arcebispo emérito de São Paulo, dom Evaristo Arns, "que, corajosamente, desafiou o regime militar e abriu as portas da Catedral da Sé para ato ecumênico em sua homenagem".

Suplicy defende a abertura dos arquivos

Eduardo Suplicy (PT-SP) pediu a atenção do presidente Lula para a necessidade de abertura dos arquivos da ditadura, como forma de homenagear o jornalista morto durante o regime militar. Ele observou que esse é um direito das famílias dos desaparecidos políticos e tal atitude proporcionaria um reencontro com a história do país.

O senador disse esperar que “a luz de Herzog ilumine os amantes da liberdade e da democracia” para que crimes contra a pessoa humana como aquele não ocorram mais no Brasil.

Suplicy lembrou as inúmeras homenagens prestadas à memória de Herzog, em todo o Brasil, e recomendou o documentário *Vlado: 30 anos depois* – de João Batista de Andrade, atual secretário de Cultura de São Paulo –, que, assinalou, traz o testemunho de diversos amigos do jornalista morto.

Cristovam: tortura é como desigualdade

Ao prestar homenagem a Vladimir Herzog, Cristovam Buarque (PDT-DF) comparou a tortura vivida pelo jornalista com o sofrimento promovido pela desigualdade social brasileira. Para ele, Herzog está vivo, pois a causa por que lutou ainda não foi alcançada: a libertação plena do Brasil.

– Herzog não morreu, pois heróis não morrem. Quero lembrar tudo que ainda não fizemos pelos Herzogs de hoje, pessoas que não estão com seus corpos enforcados, mas cujo dia-a-dia é, da mesma maneira, uma forma de tortura – disse o senador, ao lembrar que a democracia não conseguiu extinguir o “apartheid social”.

Na avaliação de Cristovam, o “Herzog” do século 21 está presente em cada criança que mora nas ruas do país, em cada desempregado, analfabeto, e nos que sofrem sem atendimento médico ou educacional.

Mão Santa lê texto de Capiberibe

Mão Santa (PMDB-PI) leu em Plenário texto do ex-senador João Capiberibe (PSB-AP). Nele, Capiberibe, autor do requerimento para a homenagem a Herzog, narra detalhes de sua prisão em Belém pela ditadura militar nos anos 60 e compara as dificuldades vividas então com a época atual, durante o processo de cassação de seu mandato.

– Sinto às vezes, na minha vida, que o passado se aproxima perigosamente do presente, criando sensações de profundas injustiças. Foi assim que, em 1º de abril deste ano, voltei a ouvir com nitidez ecos da campanha do presídio, logo que o ministro Carlos Veloso concluiu seu relatório condenando a mim e a minha companheira Janete à perda de nossos mandatos. O passado encostou no presente, reafirmando nossas crenças e nossas dores – disse Capiberibe, na voz do senador Mão Santa.

Serys destaca grandeza e luta pela democracia

Na homenagem à memória de Vladimir Herzog, Serys Slhessarenko (PT-MT) assinalou a grandeza do homenageado, prestou solidariedade à viúva, Clarice Herzog, e destacou o comprometimento do jornalista com a luta pela democracia no país.

A senadora observou que a democracia tão buscada por Herzog é um regime em permanente construção, que precisa estar sustentado no seguinte tripé: liberdade absoluta de idéias e ideais; acesso total e irrestrito à informação imparcial; viabilização e possibilidade de participação de todos na definição das “regras do jogo”.

– Com competência técnica e compromisso político, vamos honrar o sangue derramado por Herzog e por todos os outros assassinados durante a ditadura na luta pela construção da democracia – prometeu a parlamentar.

Herzog fez história, diz Arthur Virgílio

Arthur Virgílio (PSDB-AM) disse que não há revanchismo ou desejo de vingança em lembrar as condições em que foi morto o jornalista Vladimir Herzog. Para o senador, a história é mesmo para ser contada e recontada, até porque o jornalista fez história.

– Em nenhum momento o Brasil acreditou em suicídio. Houve um assassinato e foi absurdamente cruel.

Virgílio recordou também o heroísmo de diplomatas, como o embaixador Rubens Ricúpero, que colocaram em risco a sua própria segurança ao ajudar exilados políticos na época da ditadura militar. E destacou ainda situações inusitadas envolvendo embaixadas brasileiras e exilados políticos.

– José Serra até hoje não sabe se recebeu um passaporte brasileiro na embaixada brasileira no Chile por um ato de coragem do funcionário ou por distração.

Paim lamenta fracasso apontado em relatório da Anistia Internacional

Paulo Paim (PT-RS) lamentou relatório apresentado ontem pela Anistia Internacional à Organização das Nações Unidas, intitulado "Brasil: Nove Anos de Oportunidades Perdidas para os Direitos Humanos". O texto indica que o país fracassou na prevenção de tortura, violência

e abusos cometidos pela polícia. Segundo Paim, a maioria das pessoas mortas por policiais no país é de afro-brasileiros, jovens e pobres.

– Como aceitar que racismo, violência e pobreza tenham um vínculo tão forte? – indagou o parlamentar, comentando que

essa combinação de fatores chocou o senegalês Doudou Diène, autor do relatório.

O senador também protestou contra o corte de R\$ 18,8 milhões no Orçamento de 2006 para cinco programas da Secretaria de Direitos Humanos (SDH) da Presidência da República. De

acordo com Paim, esses recursos seriam destinados à erradicação do trabalho infantil, ao combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes, à promoção e defesa de direitos da criança e do adolescente e à proteção da adoção e combate ao seqüestro internacional.



Paim protesta contra corte de verbas para apoio a crianças e adolescentes



Suassuna defende fazendeiros enganados pelo antigo IBDF – atual Ibama

Suassuna denuncia farsa da algaroba na Paraíba

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) recebeu fazendeiros da Paraíba que foram, segundo ele, enganados pelo então Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) – hoje Ibama – com o “milagre da algaroba”.

A planta foi apresentada aos fazendeiros como solução para o reflorestamento. Após 20 anos, além de nunca ter sido paga a segunda parcela do programa, a árvore não cresceu e sua vagem causou doença nos animais. Hoje há 60 fazendeiros lutando na Justiça para reaver os prejuízos.

– Essas pessoas foram e estão sendo vítimas de uma tremenda injustiça – lamentou.

Arthur Virgílio: Lula deve se sentir moralmente cassado

Arthur Virgílio Neto (AM), falando como líder do PSDB, informou que a Câmara dos Deputados resolveu prosseguir com o processo de cassação do deputado e ex-ministro da Casa Civil, José Dirceu (PT-SP). Para ele, é inconcebível que o presidente Lula não se sinta “moral e psicologicamente cassado”.

– É quase impossível desligar um de outro. Um é o braço pragmático, o outro, político; um prático, o outro, ideológico – comparou.

Ele sugeriu que o presidente acate com humildade a cassação e reveja seus posicionamentos, para emergir com “mais coragem moral”.

Senador chama atenção para números do Dieese, que apontam 46% dos jovens brasileiros à procura do primeiro emprego nas grandes cidades do país

Aelton quer ações enérgicas contra desemprego entre jovens

Aelton Freitas (PL-MG) cobrou medidas mais enérgicas do governo federal para combater o desemprego entre os jovens. Segundo análise do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socio-Econômicos (Dieese), publicado pela revista *IstoÉ*, 46% dos jovens brasileiros estão à procura do primeiro emprego nas metrópoles do país.

O levantamento atesta ainda, assinalou o senador, que as dificuldades de colocação no mercado de trabalho aumentam para trabalhadores de baixa renda. Detentor da quinta maior



Fotos: Roosevelt Pinheiro

Aelton: programa Primeiro Emprego só viabilizou a contratação de 4.365 jovens

população jovem do mundo, o Brasil exibe metade dos seus 34 milhões de jovens fora da escola,

diz o estudo.

De acordo com Aelton, o governo gasta cerca de R\$ 3,5 bilhões por ano em formação profissional, mas as ações são implementadas de forma fragmentada. Ele observou, por exemplo, que o Programa Nacional do Primeiro Emprego, criado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, só viabilizou, até agora, a contratação de 4.365 jovens sem experiência profissional.

– Nesse ritmo, não é difícil imaginar que os números do desemprego só tendam a crescer – comentou o senador.

Geraldo Mesquita Júnior anuncia saída do PSOL

Geraldo Mesquita Júnior (AC) ocupou a tribuna ontem para anunciar sua desfiliação do PSOL. Ele afirmou que tomou a decisão, definida por ele como “doída e solitária”, para evitar constrangimentos ao partido por conta da denúncia, publicada pelo *Jornal do Brasil*, de que retém 40% dos salários dos servidores de seu gabinete no Senado. O próprio parlamentar, assim que a matéria foi publicada, pediu que o assunto fosse investigado pelo Conselho de Ética.



Mesquita diz que “não tinha direito de deixar constrangimento atingir partido”

Mesquita Júnior disse ter-se perguntado se tinha o direito “de deixar que um milímetro do cons-

trangimento atingisse o partido”.

– Cheguei à conclusão de que eu não tenho o direito. A situação do meu partido está acima da minha situação pessoal – ressaltou.

O senador disse também que não vai se filiar a nenhum outro partido e deu a entender que pode voltar ao PSOL quando as investigações forem concluídas.

– Continuarei PSOL, continuarei militando. Mesmo desfilado, seguirei trabalhando para que companheiros e companheiras sejam eleitos no meu estado.

Heloísa diz que não pode pairar nenhuma dúvida sobre o partido

Heloísa Helena (PSOL-AL) justificou a saída do senador Mesquita Júnior (AC) de seu partido afirmando que “não pode pairar nenhuma dúvida sobre o PSOL”.

– Não que nós sejamos o santuário da ética, mas, diante de tanta traição por parte daqueles que simbolizavam a esperança, não temos o direito de permitir que paire alguma

dúvida sobre algum de nossos membros – explicou.

Na semana passada, reportagem do *Jornal do Brasil* afirmou que Mesquita Júnior estaria cobrando 40% do salário de cada funcionário de seu gabinete. Gravações a que o jornal teve acesso comprovavam as irregularidades.

Heloísa agradeceu a contribuição que Mesquita Júnior deu à



Senador poderá comprovar inocência no Conselho de Ética, ressalta Heloísa

construção do PSOL e ressaltou que o senador vai ao Conselho de Ética, onde poderá comprovar sua inocência.

Antonio Carlos Magalhães rebate críticas de Ciro Gomes

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) respondeu ontem às críticas que lhe teriam sido feitas pelo ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes. Antonio Carlos demonstrou irritação ao comentar que o ministro o estaria “interpelando publicamente”, exigindo que ele fosse “claro sobre a razão de ser contra o projeto de transposição do rio São Francisco”. ACM disse acreditar ter sido suficientemente claro, em diversas ocasiões.

– Esse ditadorzinho, que serve ao presidente da República para qualquer causa, não tem autoridade moral para me atacar.



ACM afirma ter sido claro sobre por que é contra a transposição do São Francisco

Mozarildo Cavalcanti denuncia integrantes da Funai

O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) comunicou ter enviado ao presidente da República e ao ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, denúncia contra funcionários da Fundação Nacional do Índio (Funai) de Roraima, que estariam tratando de maneira desumana e arrogante moradores que estão sendo desalojados da 35ª reserva indígena do estado.

A reserva foi demarcada por força de decreto do governo, contrariando, segundo o senador, orientação de uma comissão temporária do Senado, da qual foi presidente. Ele adiantou que vai entrar na Justiça contra a implantação da nova reserva.